

## **Aula 09**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

**Thaís de Cássia Rumstain**

11 de Junho de 2025

# SIMULADO

*Fala, Corujas!*

Hoje, vamos a mais um simulado.

Ratificamos aqui que não haverá questão na prova que não esteja em nossos simulados.

Não deixem de nos seguir. 😊

<https://www.instagram.com/professorjoaomauricio/>

<https://www.instagram.com/professorathaisrumstain/>

## QUESTÕES

### 1. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- b) Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos em que o exija o interesse público ou social.
- c) Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.
- d) Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
- e) Os processos que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo, não correm em segredo de justiça.

### 2. Assinale a correta:

- a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.
- b) Os processos que correm em segredo de justiça somente podem ser consultados pelos procuradores.



- c) Não é possível que as partes estabeleçam calendário.
- d) Quando o juiz for fluente em língua estrangeira, o juiz poderá traduzir os autos que estejam em outra língua.
- e) Os atos processuais devem ser digitais.

### 3. Assinale a incorreta:

- a) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.
- b) Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias, mas não despachos, pois estes são atos do escrivão.
- c) Acórdão é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais.
- d) Ao receber a petição inicial de processo, o escrivão ou o chefe de secretaria a autuará, mencionando o juízo, a natureza do processo, o número de seu registro, os nomes das partes e a data de seu início, e procederá do mesmo modo em relação aos volumes em formação.
- e) Não se admitem nos atos e termos processuais espaços em branco, salvo os que forem inutilizados, assim como entrelinhas, emendas ou rasuras, exceto quando expressamente ressalvadas.

### 4. Assinale a incorreta:

- a) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.
- b) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
- c) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- d) Serão concluídos após as 20 (vinte) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- e) Os procedimentos de jurisdição voluntária e os necessários à conservação de direitos, ainda quando puderem ser prejudicados pelo adiamento não serão processados durante as férias forenses.

### 5. Assinale a alternativa incorreta:



- a) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- b) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- c) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.
- d) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive. Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período previsto, ainda que estejam nas férias individuais.
- e) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.

#### **6. Assinale a opção correta:**

- a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- b) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- c) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. Nesta hipótese, o processo será anulado imediatamente.
- d) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, e a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.
- e) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais. Contudo, não haverá aproveitamento dos atos praticados desde que não resulte prejuízo à defesa de qualquer parte.

#### **7. Assinale a opção incorreta:**

- a) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
- b) A tutela provisória pode fundamentar-se apenas em urgência.
- c) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.



- d) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- e) Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

#### 8. Assinale a opção incorreta:

- a) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- b) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
- c) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- e) A tutela de urgência não pode ter caráter de urgência.

#### 9. Assinale a opção correta:

- a) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
- b) Concedida a tutela antecipada o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 10 dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.
- c) Na tutela antecipada em caráter antecedente, não haverá necessidade de audiência de conciliação.
- d) Não há necessidade de o autor especificar o valor da causa neta tutela.
- e) Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 10 dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

#### 10. Assinale a opção incorreta:



- a) A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- b) O réu será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- c) Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 10 (dez) dias.
- d) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- e) O pedido principal pode ser formulado conjuntamente com o pedido de tutela cautelar e a causa de pedir poderá ser aditada no momento de formulação do pedido principal.

**11. Sobre o litisconsórcio, julgue as frases abaixo como verdadeiro (V) ou falso (F) e assinale a alternativa correta. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:**

- I - Entre elas houver comunhão exclusivamente de obrigações relativamente à lide.
- II - Entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.
- III - Ocorrer afinidade de questões somente de direito.

- a) Somente I está incorreta
- b) II, e III estão incorretas
- c) Somente III está incorreta
- d) Todas estão corretas
- e) Apenas a II está correta

**12. Em relação à intervenção de terceiros, julgue as frases abaixo como verdadeiro (V) ou falso (F) e assinale a alternativa correta:**

- I - A assistência será admitida em qualquer procedimento, desde de que não tenha sido proferida sentença, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
- II - Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em nenhuma hipótese, discutir a justiça da decisão em processo posterior.
- III - A denunciação da lide por ser requerida pelo réu ou pelo autor.



- a) todas as afirmativas estão incorretas
- b) todas as afirmativas estão corretas
- c) apenas a afirmativa I está correta
- d) as afirmativas I e II estão incorretas
- e) nenhuma das anteriores

### 13. Está correto afirmar:

- a) É inadmissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu do afiançado, na ação em que o fiador for réu.
- b) A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.
- c) Se o denunciado for revel, o denunciante pode deixar de prosseguir com sua defesa, eventualmente oferecida, e abster-se de recorrer, restringindo sua atuação à ação regressiva.
- d) Se o denunciante for vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide.
- e) Admite-se uma única denunciação sucessiva, podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação.

### 14. Sobre o Ministério Público, julgue as frases abaixo como verdadeiro (V) ou falso (F) e assinale a alternativa correta. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

- I – Nos casos de segredo de justiça, fica vedada a presença do Ministério Público.
- II – Só se aplicam ao Ministério Público os motivos de impedimento e não os de suspeição.
- III - A conciliação e mediação deverão ser estimuladas pelo Ministério Público.

- a) Somente I está incorreta
- b) II, e III estão incorretas
- c) Somente III está incorreta
- d) Todas estão corretas



e) Apenas a III está correta

**15. Sobre o impedimento do juiz assinale a alternativa incorreta:**

- a) Há impedimento do juiz quando ele já interveio como mandatário da parte ou oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha.
- b) De que conheceu em outro grau de jurisdição, mesmo sem ter proferido decisão.
- c) Quando for parte no processo seu cônjuge ou companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- d) Quando for membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.
- e) Quando for herdeiro presuntivo

**16. Em relação ao Ministério Público, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Alegar incompetência relativa nas causas em que atuar.
- b) Incumbe ao autor adiantar as despesas de atos requeridos pelo Ministério Público, quando sua intervenção ocorrer como fiscal da ordem jurídica.
- c) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento Ministério Público serão adiantadas pelo réu, sendo possível reavê-las ao final do processo caso seja vencedor.
- d) A lei confere poderes ao MP para requerer a desconsideração da personalidade jurídica quando lhe couber intervir no processo.
- e) Os motivos de impedimento e suspeição do juiz se aplicam também aos membros do Ministério Público.

**17. À luz das disposições do Código de Processo Civil (CPC), julgue o item abaixo como CERTO ou ERRADO.**

*O juiz poderá adequar o procedimento ao caso concreto, podendo, por exemplo, dilatar os prazos processuais, desde que o faça antes de encerrado o prazo regular.*

- ( ) Certo
- ( ) Errado





**18. Com relação aos poderes, aos deveres e à responsabilidade do juiz, julgue o item seguinte.**

*O magistrado poderá solicitar o comparecimento da parte caso entenda ser necessário o esclarecimento de fatos narrados na contestação. Nessa situação, a parte será ouvida informalmente.*

- (    ) Certo  
(    ) Errado

**19. Em relação ao impedimento e suspeição do juiz, julgue as frases abaixo como verdadeiro (V) ou falso (F) e assinale a alternativa correta:**

- I) Há impedimento do juiz quando for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados
- II) Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.
- III) Reconhecido o impedimento ou a suspeição, o tribunal anulará automaticamente todo o processo.
- IV) Será legítima a alegação de suspeição quando houver sido provocada por quem a alega.

- a) todas as afirmativas estão corretas
- b) apenas a afirmativa I está correta
- c) apenas a alternativa I está incorreta
- d) as afirmativas I e III e IV estão corretas
- e) nenhuma das anteriores

**20. Está correto afirmar:**

- a) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais disponíveis.
- b) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei.



- c) O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.
- d) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público não poderá produzir provas, mas apenas fiscalizar a produção de provas requeridas pelas partes.
- e) A contagem em dobro ao Ministério Público se aplica a todos os prazos, inclusive aos prazos próprios.

**21. Em relação aos poderes e deveres do juiz, é incorreto afirmar que:**

- a) Poderá dilatar os prazos processuais ou reduzi-los e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.
- b) Determinará todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
- c) Poderá sanar vícios processuais, sem a necessidade de extinção da ação sem julgamento do mérito.
- d) Só poderá decidir por equidade nos casos previstos em lei.
- e) O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício.

**22. Com relação aos poderes, aos deveres e à responsabilidade do juiz, julgue o item seguinte.**

*Ao analisar a especificidade do caso, o juiz da causa poderá conferir prazo de vinte e cinco dias para que o réu apresente sua contestação, mesmo após o encerramento do prazo regular.*

- (    ) Certo
- (    ) Errado

**23. A respeito do Ministério Público, do juiz e dos auxiliares da justiça, julgue o próximo item com base nas disposições do Código de Processo Civil.**

*É defeso ao juiz eximir-se de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei.*

- (    ) Certo



( ) Errado



1. e	6. a	11. e	16. c	21. a
2. a	7. b	12. d	17. Certo	22. Errado
3. b	8. e	13. c	18. Certo	23. Certo
4. e	9. a	14. e	19. e	
5. d	10. c	15. b	20. c	

## QUESTÕES COMENTADAS

### 1. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- b) Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos em que o exija o interesse público ou social.
- c) Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.
- d) Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
- e) Os processos que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo, não correm em segredo de justiça.



A única assertiva errada é a letra "e", senão vejamos:

**Art. 189.** Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:

I - em que o exija o interesse público ou social;

II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;

III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

IV - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

§ 1º O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.

§ 2º O terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

Sobre a letra "a", vamos ver o art.188:

**Art. 188.** Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial.

**Gabarito: "e".**

## 2. Assinale a correta:

- a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.
- b) Os processos que correm em segredo de justiça somente podem ser consultados pelos procuradores.
- c) Não é possível que as partes estabeleçam calendário.



d) Quando o juiz for fluente em língua estrangeira, o juiz poderá traduzir os autos que estejam em outra língua.

e) Os atos processuais devem ser digitais.

A assertiva correta está no art.190:

**Art. 190.** Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

**Parágrafo único.** De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

b) Em segredo de justiça, os autos podem ser consultados pelas partes e pelos procuradores.

**Art. 189.** Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:

I - em que o exija o interesse público ou social;

II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;

III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

IV - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

§ 1º O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.

§ 2º O terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

c)

**Art. 191.** De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.



d) Ainda que o juiz seja fluente na língua em que determinado documento seja apresentado, ele deve ser traduzido por tradutor juramentado.

**Art. 192.** Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa.

**Parágrafo único.** O documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos quando acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.

e) Cuidado, pois não é isso que o CPC diz:

**Art. 193.** Os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, na forma da lei.

**Parágrafo único.** O disposto nesta Seção aplica-se, no que for cabível, à prática de atos notariais e de registro.

**Gabarito: "a".**

### 3. Assinale a incorreta:

a) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.

b) Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias, mas não despachos, pois estes são atos do escrivão.

c) Acórdão é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais.

d) Ao receber a petição inicial de processo, o escrivão ou o chefe de secretaria a autuará, mencionando o juízo, a natureza do processo, o número de seu registro, os nomes das partes e a data de seu início, e procederá do mesmo modo em relação aos volumes em formação.

e) Não se admitem nos atos e termos processuais espaços em branco, salvo os que forem inutilizados, assim como entrelinhas, emendas ou rasuras, exceto quando expressamente ressalvadas.

A letra "b" não está correta, pois despacho é uma das declarações do juiz.

**Art. 203.** Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

**§ 1º** Ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos



arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.

§ 2º Decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não se enquadre no § 1º.

§ 3º São despachos todos os demais pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte.

§ 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.

Gabarito: "b".

#### 4. Assinale a incorreta:

- a) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.
- b) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
- c) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- d) Serão concluídos após as 20 (vinte) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- e) Os procedimentos de jurisdição voluntária e os necessários à conservação de direitos, ainda quando puderem ser prejudicados pelo adiamento não serão processados durante as férias forenses.

Vamos ver o importante art.215:

**Art. 215. Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas:**

**I - Os procedimentos de jurisdição voluntária e os necessários à conservação de direitos, quando puderem ser prejudicados pelo adiamento;**

**II - A ação de alimentos e os processos de nomeação ou remoção de tutor e curador;**

**III - Os processos que a lei determinar.**

Gabarito: "e".

#### 5. Assinale a alternativa incorreta:





- a) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- b) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- c) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.
- d) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive. Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período previsto, ainda que estejam nas férias individuais.
- e) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.

Pessoal, a letra "d" erra, pois as férias individuais estão de fora da regra. As férias individuais são as que todos possuem direito e não é o recesso, por isso, que ela é exceção.

**Art. 220. Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.**

**§ 1º Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período previsto no caput.**

**§ 2º Durante a suspensão do prazo, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento.**

**Gabarito: "d".**

## **6. Assinale a opção correta:**

- a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- b) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- c) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. Nesta hipótese, o processo será anulado imediatamente.





d) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, e a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.

e) O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais. Contudo, não haverá aproveitamento dos atos praticados desde que não resulte prejuízo à defesa de qualquer parte.

a) Exatamente. Imagine se a parte que deu causa à nulidade pudesse requerer que o processo fosse anulado. Não dá, não é? ˘(ツ)˘

**Art. 276. Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.**

b) É o oposto do que está na assertiva.

**Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.**

c) Muito cuidado! É verdade que é nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

Contudo, NUNCA se esqueçam que a nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

d) Vamos ver o art.281:

**Art. 281. Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.**

e) O erro da assertiva pode ser corrigido pelo parágrafo único do art.283:

**Art. 283. O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.**

**Parágrafo único. Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados desde que não resulte prejuízo à defesa de qualquer parte.**

**Gabarito: "a".**

## **7. Assinale a opção incorreta:**

a) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

b) A tutela provisória pode fundamentar-se apenas em urgência.



- c) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.
- d) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- e) Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

A tutela provisória pode ser de urgência ou de evidência.

A tutela de urgência pode ser cautelar ou de evidência.

Por isso, errada a letra "b". As outras assertivas estão corretas, decorem!

¬\_(ツ)\_/

**Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.**

**Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.**

**Gabarito: "b".**

## 8. Assinale a opção incorreta:

- a) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- b) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
- c) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- e) A tutela de urgência não pode ter caráter de urgência.

A letra "e" pode ser corrigida pelo art.301:

**Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguuração do direito.**

**Gabarito: "e".**



## 9. Assinale a opção correta:

- a) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
- b) Concedida a tutela antecipada o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 10 dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.
- c) Na tutela antecipada em caráter antecedente, não haverá necessidade de audiência de conciliação.
- d) Não há necessidade de o autor especificar o valor da causa neta tutela.
- e) Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 10 dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

a)

**Art. 303.** Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

b) O prazo é de 15 dias e não de 10 dias.

**Art. 303.** Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

**§ 1º** Concedida a tutela antecipada a que se refere o caput deste artigo:

I - o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar;

c) A conciliação é uma das bases do CPC/15:

**Art. 303.** Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide,



do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Concedida a tutela antecipada a que se refere o caput deste artigo:

II - o réu será citado e intimado para a audiência de conciliação ou de mediação na forma do art. 334;

d)

Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

§ 4º Na petição inicial a que se refere o caput deste artigo, o autor terá de indicar o valor da causa, que deve levar em consideração o pedido de tutela final.

e) O prazo é de 5 dias e não de 10, aqui.

Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

§ 6º Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

Gabarito: "a".

## 10. Assinale a opção incorreta:

a) A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

b) O réu será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.

c) Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 10 (dez) dias.



- d) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- e) O pedido principal pode ser formulado conjuntamente com o pedido de tutela cautelar e a causa de pedir poderá ser aditada no momento de formulação do pedido principal.

O erro da letra "c" é que juiz decidirá em 5 dias.

**Art. 307. Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 5 (cinco) dias.**

**Parágrafo único. Contestado o pedido no prazo legal, observar-se-á o procedimento comum.**

**Gabarito: "c".**

**11. Sobre o litisconsórcio, julgue as frases abaixo como verdadeiro (V) ou falso (F) e assinale a alternativa correta. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:**

- I - entre elas houver comunhão exclusivamente de obrigações relativamente à lide.
- II - entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.
- III - ocorrer afinidade de questões somente de direito.

- f) Somente I está incorreta
- g) II, e III estão incorretas
- h) Somente III está incorreta
- i) Todas estão corretas
- j) Apenas a II está correta

**I – FALSO – Admite-se litisconsórcio quando houver comunhão de direitos ou de obrigações (art. 113, I, CPC).**

**II – VERDADEIRA – Ocorre conexão pelo pedido ou pela causa de pedir (art. 113, II, CPC)**

**III – FALSO – Admite-se afinidade de questões de fato e de direito (art. 113, III, CPC)**

**Gabarito: "e"**

**12. Em relação à intervenção de terceiros, julgue as frases abaixo como verdadeiro (V) ou falso (F) e assinale a alternativa correta:**



I - A assistência será admitida em qualquer procedimento, desde de que não tenha sido proferida sentença, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.

II – Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em nenhuma hipótese, discutir a justiça da decisão em processo posterior.

III – A denunciação da lide por ser requerida pelo réu ou pelo autor.

a) todas as afirmativas estão incorretas

b) todas as afirmativas estão corretas

c) apenas a afirmativa I está correta

d) as afirmativas I e II estão incorretas

e) nenhuma das anteriores

I - FALSO – A assistência será admitida em qualquer grau de jurisdição, conforme art. 119, parágrafo único, CPC:

“Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.

Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre”.

II – FALSO – O CPC traz duas permissões para o assistente discutir a justiça da decisão. Estabelece o art. 123: “Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que:

I - Pelo estado em que recebeu o processo ou pelas declarações e pelos atos do assistido, foi impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença;

II - Desconhecia a existência de alegações ou de provas das quais o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.

III – VERDADEIRO – Alterando a regra existente no CPC/73, o novo código conferiu ao autor a possibilidade de requerer a denunciação da lide: “É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes” (art. 125, CPC).

Gabarito: “d”

13. Está correto afirmar:





- a) É inadmissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu do afiançado, na ação em que o fiador for réu.
- b) A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.
- c) Se o denunciado for revel, o denunciante pode deixar de prosseguir com sua defesa, eventualmente oferecida, e abster-se de recorrer, restringindo sua atuação à ação regressiva.
- d) Se o denunciante for vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide.
- e) Admite-se uma única denunciação sucessiva, podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação.
- a) **INCORRETA** - É **admissível** o chamamento ao processo, requerido pelo réu do afiançado, na ação em que o fiador for réu (art. 130, I).
- b) **INCORRETA** – a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida **no prazo de 30 (trinta) dias**, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.
- c) **CORRETA** – Sendo o denunciado revel, o denunciante pode deixar de prosseguir com sua defesa, eventualmente oferecida, e abster-se de recorrer, restringindo sua atuação à ação regressiva, conforme art. 128, II, CPC.
- d) **INCORRETA** – Se o denunciante for **VENCEDOR** na ação principal, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado (art. 129, parágrafo único, CPC).
- e) **INCORRETA** – Determina o art. 125, §2º, CPC: “Admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, **não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma**”.

**Gabarito: “c”**

**14. Sobre o Ministério Público, julgue as frases abaixo como verdadeiro (V) ou falso (F) e assinale a alternativa correta. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:**

**I – Nos casos de segredo de justiça, fica vedada a presença do Ministério Público.**



II – Só se aplicam ao Ministério Público os motivos de impedimento e não os de suspeição.

III - A conciliação e mediação deverão ser estimuladas pelo Ministério Público.

- a) Somente I está incorreta
- b) II, e III estão incorretas
- c) Somente III está incorreta
- d) Todas estão corretas
- e) Apenas a III está correta

I – FALSO – Fica assegurada a presença do Ministério Público nos casos de segredo de justiça, conforme art. 11, parágrafo único, CPC: “Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público”.

II - Entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.

III – VERDADEIRO – Determina o art. 3º, §3º: “**A conciliação, a mediação** e outros métodos de solução consensual de conflitos **deverão ser estimulados** por juízes, advogados, defensores públicos e **membros do Ministério Público**, inclusive no curso do processo judicial”.

**Gabarito: “e”**

### 15. Sobre o impedimento do juiz assinale a alternativa incorreta:

- a) Há impedimento do juiz quando ele já interveio como mandatário da parte ou oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha.
- b) De que conheceu em outro grau de jurisdição, mesmo sem ter proferido decisão.
- c) Quando for parte no processo seu cônjuge ou companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- d) Quando for membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.
- e) Quando for herdeiro presuntivo





- a) CORRETA – Conforme art. 144, I, CPC: “Há impedimento do juiz quando ele já interveio como mandatário da parte ou oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha”.
- b) INCORRETA – É vedado ao juiz atuar no processo, de que conheceu em outro grau de jurisdição, **tendo proferido decisão** (art. 144, II, CPC).
- c) CORRETA – É o que determina o art. 144, III, CPC: quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive”.
- d) CORRETA – Embora a alternativa tenha deixado de mencionar o texto completo da lei, o inciso V, do art. 144, CPC estabelece a vedação: **“quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo”**.
- e) CORRETA – Art. 144, V, CPC: “quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes”.

**Gabarito: “b”**

#### **16. Em relação ao Ministério Público, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Alegar incompetência relativa nas causas em que atuar.
- b) Incumbe ao autor adiantar as despesas de atos requeridos pelo Ministério Público, quando sua intervenção ocorrer como fiscal da ordem jurídica.
- c) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento Ministério Público serão adiantadas pelo réu, sendo possível reavê-las ao final do processo caso seja vencedor.
- d) A lei confere poderes ao MP para requerer a desconsideração da personalidade jurídica quando lhe couber intervir no processo.
- e) Os motivos de impedimento e suspeição do juiz se aplicam também aos membros do Ministério Público.

a) CORRETA – O MP poderá alegar incompetência, conforme art. 65, parágrafo único, CPC:

**“Art. 65. Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.**

**Parágrafo único. A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar”.**



b) CORRETA – Conforme art. 82, §1º, CPC: “incumbe ao autor adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, **quando sua intervenção ocorrer como fiscal da ordem jurídica**”.

c) INCORRETA – As despesas dos atos praticados a requerimento do MP são **pagas ao final do processo pelo vencido** (art. 91, CPC).

d) CORRETA – De acordo com o art. 133, CPC: “O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica **será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público**, quando lhe couber **intervir no processo**”.

e) CORRETA – Estabelece o art. 148, CPC:

“Art. 148. Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição:

I - Ao membro do Ministério Público;”

Gabarito: “c”

17. À luz das disposições do Código de Processo Civil (CPC), julgue o item abaixo como CERTO ou ERRADO.

*O juiz poderá adequar o procedimento ao caso concreto, podendo, por exemplo, dilatar os prazos processuais, desde que o faça antes de encerrado o prazo regular.*

( ) Certo

( ) Errado

**Certo.** Texto de acordo com o disposto no art. 139, VI e parágrafo único:

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

VI - Dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

Parágrafo único. A dilação de prazos prevista no inciso VI somente pode ser determinada antes de encerrado o prazo regular.

18. Com relação aos poderes, aos deveres e à responsabilidade do juiz, julgue o item seguinte.



*O magistrado poderá solicitar o comparecimento da parte caso entenda ser necessário o esclarecimento de fatos narrados na contestação. Nessa situação, a parte será ouvida informalmente.*

- (   ) Certo  
(   ) Errado

**Certo.** De acordo com o NCPC, em seu art. 139, VIII:

**Art. 139.** O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

**VIII - determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso;**

**19. Em relação ao impedimento e suspeição do juiz, julgue as frases abaixo como verdadeiro (V) ou falso (F) e assinale a alternativa correta:**

- I) Há impedimento do juiz quando for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados
- II) Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.
- III) Reconhecido o impedimento ou a suspeição, o tribunal anulará automaticamente todo o processo.
- IV) Será legítima a alegação de suspeição quando houver sido provocada por quem a alega.
- a) todas as afirmativas estão corretas
- b) apenas a afirmativa I está correta
- c) apenas a alternativa I está incorreta
- d) as afirmativas I e III e IV estão corretas
- e) nenhuma das anteriores

**I) FALSO - Há SUSPEIÇÃO do juiz quando for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.**



II) VERDADEIRO – A regra está prevista no art. 145, §1º, CPC.

III) FALSO – Reconhecido o impedimento ou suspeição, o Tribunal fixará o momento a partir do qual o juiz não poderia ter atuado (art. 146, §1º, CPC).

IV) FALSO – Será ilegítima a alegação de suspeição quando houver sido provocada por quem a alega (art. 145, §2º, I, CPC).

**Gabarito: "e"**

## 20. Está correto afirmar:

a) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais disponíveis.

b) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei.

c) O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.

d) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público não poderá produzir provas, mas apenas fiscalizar a produção de provas requeridas pelas partes.

e) A contagem em dobro ao Ministério Público se aplica a todos os prazos, inclusive aos prazos próprios.

a) INCORRETA – O MP atuará nos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis (art. 176, CPC).

b) INCORRETA – O prazo para intervenção do MP será de 30 (trinta) dias (art. 178, CPC).

c) CORRETA – Regra prevista no art. 180, caput, CPC.

d) INCORRETA – O poderá requerer a produção de provas nas ações em que intervir como fiscal da ordem jurídica (art. 179, CPC).

e) INCORRETA - Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público (art. 180, §2º, CPC).

**Gabarito: "c"**

## 21. Em relação aos poderes e deveres do juiz, é incorreto afirmar que:



- a) Poderá dilatar os prazos processuais ou reduzi-los e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.
  - b) Determinará todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
  - c) Poderá sanar vícios processuais, sem a necessidade de extinção da ação sem julgamento do mérito.
  - d) Só poderá decidir por equidade nos casos previstos em lei.
  - e) O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício.
- a) INCORRETA – O juiz não pode reduzir os prazos processuais, apenas aumentá-los, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito (139, VI, CPC).
- b) CORRETA – Conforme art. 139, IV: “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária”.
- c) CORRETA – Sempre que possível o juiz sanará os vícios processuais, em busca do julgamento de mérito da ação.
- d) CORRETA – Art. 140, parágrafo único, CPC: “O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei”.
- e) CORRETA – Nos termos do art. 143, II, CPC:

**Art. 143. O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando:**

- I - No exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude;**
- II - Recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte.**

**Parágrafo único. As hipóteses previstas no inciso II somente serão verificadas depois que a parte requerer ao juiz que determine a providência e o requerimento não for apreciado no prazo de 10 (dez) dias.**

**Gabarito: “a”**



**22. Com relação aos poderes, aos deveres e à responsabilidade do juiz, julgue o item seguinte.**

*Ao analisar a especificidade do caso, o juiz da causa poderá conferir prazo de vinte e cinco dias para que o réu apresente sua contestação, mesmo após o encerramento do prazo regular.*

(    ) Certo

(    ) Errado

**Errado.** O juiz somente poderá modificar prazo processual antes do encerramento deste, jamais depois. Conforme art. 139, VI, parágrafo único do NCPC:

**Art. 139** O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

**VI -** Dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

**Parágrafo único.** A dilação de prazos prevista no inciso VI somente pode ser determinada antes de encerrado o prazo regular.

**23. A respeito do Ministério Público, do juiz e dos auxiliares da justiça, julgue o próximo item com base nas disposições do Código de Processo Civil.**

*É defeso ao juiz eximir-se de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei.*

(    ) Certo

(    ) Errado

**Certo.** Mandamento do art. 140 do NCPC: “O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.”





# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.